### **LEI № 500/96**

# DISPÕE SOBRA A CONCESSÃO DE ANISTIA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, *SR. NELSON GUEDES*, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- <u>ARTIGO 1º</u> Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder <u>ANISTIA</u> de 50% (cinquenta por cento) aos contribuintes de IPTU (Imposto sobre á Propriedade Predial e Territorial Urbano).
- <u>PARÁGRAFO 1º</u> Para usufruir do mencionado beneficio, os contribuintes terão que:
- I Estarem quites com a Fazenda Municipal até o dia 30 de abril de 1.996, com relação aos tributos referentes aos exercícios de 1.995 e 1.996.
- <u>PARÁGRAFO 2º</u> Serão beneficiados pela <u>ANISTIA</u>de que trata esta Lei, os contribuintes cujas dividas tributarias se encontram ajuizadas até a datada publicação da presente Lei.
- <u>PARÁGRAFO 3º</u> Aos funcionários públicos Municipais, proprietário de bens imóveis seráprorrogado o prazo para obterem o desconto de 30% (trinta por cento), até que a Municipalidade regularize e efetue o pagamento dos salários referente ao mês de março de 1.996.
- <u>ARTIGO 2º</u>- Para fins de <u>ANISTIA</u> concedida, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a compensar créditos de salários com débitos de IPTU de funcionários e de terceiros, em benefícios do funcionalismo municipal.
- <u>ARTIGO 3º</u> A não quitação dos impostos citados no Artigo 1º, parágrafo 1º, ocasionará a inscrição do contribuinte no livro da Divida Ativa para posterior cobrança via judicial de todos os impostos devidos, inclusive, dos impostos que se enquadram na presente <u>ANISTIA</u>.
- <u>ARTIGO 4º</u> Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei via Decreto.
- <u>ARTIGO 5º</u> Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 27 DE MARÇO DE 1.996.

## **NELSON GUEDES**

### PREFEITO MUNICIPAL